

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ

CONCURSO PÚBLICO

PROVA PARA CARGO DE:

ASSISTENTE JURÍDICO

* ATENÇÃO - CONFIRA SE ESTA PROVA CORRESPONDE AO CARGO QUE VOCÊ CONCORRE

* Neste Caderno de Questões, você encontra:

- 28 questões ESPECÍFICAS
- 12 questões de Português

* Só inicie a prova após a autorização do Fiscal de Sala.

* Duração da prova: 3 horas. O Candidato só poderá retirar-se do recinto das provas após 01 hora, contada a partir do seu efetivo início.

* O candidato só terá o direito de levar o caderno de prova após 02:00 horas do início dos trabalhos, e deixará apenas o Cartão de Respostas.

* Caso o candidato opte em sair antes de 02:00 horas do início dos trabalhos; NÃO será permitido a anotação do gabarito seja qual for a forma.

* Os Fiscais de Sala não estão autorizados a prestar quaisquer esclarecimentos sobre a resolução das questões; esta tarefa é obrigação do candidato.

* Não é permitido que os candidatos se comuniquem entre si. É proibida também a utilização de quaisquer equipamentos eletrônicos.

* O candidato receberá do Fiscal de Sala, 01 (um) Cartão de Respostas correspondente às questões objetivas.

* Assine o seu Cartão de Respostas (Gabarito). Assinale apenas uma opção em cada questão. Não deixe questão em branco, nem assinale mais de uma opção, para seu Cartão não ter questões anuladas.

* O seu Cartão de Respostas é pessoal e insubstituível. Portanto, CUIDADO, não rasure, dobre ou amasse seu Cartão de Respostas pois em hipótese alguma ele será substituído, salvo por erro do fiscal ou por falha de impressão. Confira seus dados, leia as instruções para seu preenchimento e assinale no local indicado.

* A assinatura no Cartão de Respostas é obrigatória.

* O Gabarito desta prova estará disponível no dia 20/04/2015, no site www.conpass.com.br.

* Para exercer o direito de recorrer contra qualquer questão, o candidato deve seguir as orientações constantes da Cláusula XII do Edital do Concurso Público nº 001/2015 da PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ, de 02/02/2015.

* Após o término da prova, o candidato deverá deixar a sala e em hipótese alguma poderá permanecer no estabelecimento onde realizou a mesma.

BOA PROVA!!

DATA: 19 DE ABRIL DE 2015

CONPASS

Concursos Públicos
e Assessorias

PARTE I – ASSISTENTE JURÍDICO

01 - Sobre os Direitos Fundamentais previstos na nossa Carta Magna, marque a assertiva correta.

- A) No que se refere ao direito à vida, a posição do STF é de que é ilegítima e ofende o direito à vida nem, além da dignidade da pessoa humana, a realização de pesquisas com células-tronco embrionárias, obtidas de embriões humanos produzidos por fertilização “in vitro” e não utilizados neste procedimento.
- B) Entende o STF que afronta o princípio da isonomia a adoção de critérios distintos para a promoção de integrantes do corpo feminino e masculino da Aeronáutica.
- C) O STF entende que o princípio da isonomia autoriza ao Poder Judiciário estender a alguns grupos vantagens estabelecidas por lei a outros.
- D) Tanto os brasileiros quanto os estrangeiros localizados em território nacional são titulares de direitos fundamentais, dentre os quais se incluem os direitos sociais.
- E) Com base na vedação ao anonimato, o STF admite, em regra, o acolhimento a denúncias anônimas. Essas poderão servir de causa única de exercício de atividade punitiva pelo Estado.

02 - Sobre os Direitos e Garantias Individuais e Coletivos inseridos no texto constitucional, marque a correta.

- A) As normas que consagram os direitos e garantias fundamentais têm, em regra, aplicação imediata, não se admitindo exceções.
- B) Como originalmente visavam regular a relação indivíduo-estado, os direitos fundamentais não devem ser respeitados nas relações privadas, entre os próprios indivíduos.
- C) Segundo o STF, a competência constitucional do Tribunal do Júri prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido exclusivamente pela Constituição estadual.
- D) Direitos de 3ª Dimensão têm foco na igualdade (direitos de natureza positiva, exigindo do Estado uma atuação com vistas a garantir direitos sociais, culturais e econômicos).
- E) Segundo o STF, o Pacto de San José da Costa Rica tem status Constitucional.

03 - Sobre os Municípios, de acordo com o a Constituição Federal, podemos afirmar que:

- A) A autonomia municipal é princípio constitucional sensível.
- B) Os municípios possuem poder constituinte derivado decorrente, ou seja, podem elaborar suas constituições.
- C) Os municípios elegem seus prefeitos e vereadores para mandato de 4 anos e devem organizar os poderes executivo e legislativo Judiciário e o Ministério Público.
- D) Os municípios são regidos por Lei Orgânica, que são votadas em 2 turnos, com interstício mínimo de 10 dias e aprovadas por 3/5 dos votos.
- E) Os municípios possuem autonomia conferida pela auto-organização e legislação própria, autoadministração e mas não por autogoverno.

04 - Sobre a Administração Pública como previsto na Constituição Federal, podemos afirmar que:

- A) Via de regra, a acumulação remunerada de cargos, empregos ou funções públicas é permitida.
- B) Segundo o STF, não possui direito subjetivo à nomeação candidato aprovado e preterido na ordem de classificação.
- C) A Constituição diz que a licitação é obrigatória nos casos de delegação de serviços públicos mediante concessões e permissões, mas mesmo assim, pode haver lei dispensando licitação para esses casos.
- D) A Constituição diz que o direito de greve deve ser exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica, assim, essa é uma norma constitucional de eficácia limitada.
- E) A estabilidade é um instituto aplicado aos servidores públicos e empregados públicos, mas não aos ocupantes de cargos comissionados.

05 - Sobre a Ordem Econômica e Financeira marque a assertiva verdadeira.

- A) A exploração direta de atividade econômica pelo Estado nunca será permitida.
- B) As Empresas Públicas e as Sociedades de Economia Mista poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.
- C) As cooperativas de garimpeiros jamais poderão ter prioridade na autorização ou concessão para pesquisa e lavra dos recursos e jazidas de minerais garimpáveis.
- D) Em relação ao Petróleo, é monopólio da União sua pesquisa, exceto a lavra.
- E) Segundo o art. 170 da Constituição, a ordem econômica, tem como finalidade assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social.

06 - São objetivos da Ordem Social, exceto:

- A) Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços as populações urbanas e rurais.
- B) Unanimidade da cobertura e do atendimento.
- C) Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
- D) Irredutibilidade do valor dos benefícios.
- E) Equidade na forma de participação no custeio.

07 - Sobre a Administração Indireta e suas entidades, marque a correta.

- A) A Administração Pública Indireta é uma forma de descentralização administrativa em que o Estado, Administração Pública Direta, transfere competências.
- B) As autarquias são pessoas jurídicas de direito privado, criadas por lei, com capacidade de auto-administração.
- C) As autarquias em regime comum são autarquias dotadas de maiores prerrogativas, tal qual maior autonomia administrativa, poder normativo técnico e, ainda, algumas gozando de mandato fixo para os seus dirigentes.
- D) As autarquias em regime especial são aquelas que têm a prerrogativa de fiscalizar e controlar o exercício de certas profissões.
- E) O Supremo Tribunal Federal tem entendimento de que a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) integra a Administração Pública, realizando, e, por isso, se submete ao regime jurídico-administrativo.

08 - Sobre as OSCIP, marque a verdadeira.

- A) Lei exige que a OSCIP possua um conselho de administração.
- B) São entidades da administração indireta.
- C) São voltadas ao desempenho de atividades de interesse público, em especial nas áreas de saúde, cultura, ensino, pesquisa, tecnologia, meio ambiente que, declaradas de interesse social ou de utilidade pública.
- D) Lei exige que a OSCIP possua um conselho fiscal.
- E) Celebram contratos de gestão com a administração pública.

09 - Indique a alternativa correta sobre o Direito Administrativo

- A) Segundo Súmula do STF, só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público.
- B) A orientação atual do STF é que a aprovação em concurso público dentro do número de vagas fixado no edital não cria para o candidato direito adquirido à nomeação.
- C) De acordo com Jurisprudência do STJ, se o edital não fixar o número de vagas, ou seja, se o concurso for apenas para o “cadastro de reserva”, nenhum candidato tem direito à nomeação.
- D) O servidor público desviado de suas funções pode ser reenquadrado, tendo direito ao recebimento, como indenização, da diferença remuneratória entre os vencimentos do cargo efetivo e os daquele exercido de fato.
- E) Segundo o STF, o portador de visão monocular não tem direito de concorrer, em concurso público, às vagas reservadas aos deficientes.

10 - Constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito, exceto:

- A) Perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza.
- B) Receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indiretamente, para omitir ato de ofício, providência ou declaração a que esteja obrigado.
- C) Incorporar, por qualquer forma, ao seu patrimônio bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades públicas.
- D) Qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades públicas.
- E) Usar, em proveito próprio, bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades públicas.

11 - Sobre o Estatuto das Cidades, para garantir a gestão democrática da cidade, deverão ser utilizados, entre outros, os seguintes instrumentos, exceto:

- A) Cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social.
- B) Órgãos colegiados de política urbana, nos níveis nacional, estadual e municipal.

C) Debates, audiências e consultas públicas.

- D) Conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis nacional, estadual e municipal.
- E) Iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

12 - Indique a errada sobre Servidores.

- A) Aos servidores temporários aplica-se regime jurídico especial a ser disciplinado em lei de cada unidade da federação.
- B) Agentes políticos são titulares dos cargos estruturais à organização política do País.
- C) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas.
- D) No art. 37, II, da Constituição Federal, o constituinte só exigiu concurso público para a investidura em cargo ou emprego. Nos casos de função, essa exigência não existe.
- E) Os servidores das autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações privadas regem-se pela legislação trabalhista.

13 - Sobre a obrigação Tributária, marque a correta.

- A) A obrigação principal, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação acessória relativamente à penalidade pecuniária.
- B) Fato gerador concreto da obrigação principal e a situação definida em lei como necessária e suficiente a sua ocorrência.
- C) Sujeito passivo é a pessoa credora da relação jurídica, que tem direito de exigir o pagamento da prestação pecuniária.
- D) A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.
- E) No direito tributário, a existência do acessório supõe a existência do principal.

14 - Sobre as limitações ao poder de tributar, qual a correta?

- A) A lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidam sobre mercadorias e serviços.
- B) A lei não poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente.
- C) Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica federal.
- D) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios exigir ou diminuir tributo sem lei que o estabeleça.
- E) Livros, jornais e periódicos estão sujeitos a impostos.

15 - Sobre os Impostos Municipais, marque a verdadeira.

- A) Compete aos Municípios instituir impostos sobre transmissão causa mortis.
- B) O IPTU não poderá ser progressivo em razão do valor do imóvel.
- C) Quanto ao ISS cabe à lei ordinária fixar as suas alíquotas máximas e mínimas.
- D) Compete aos Municípios instituir impostos sobre transmissão "inter vivos".
- E) Compete aos Municípios instituir impostos sobre a renda.

16 - Sobre o Código de Processo Civil Brasileiro, no tema atos processuais é errado:

- A) Os atos das partes, consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade, produzem imediatamente a constituição, a modificação ou a extinção de direitos processuais.
- B) Quando a lei prescrever determinada forma, sem cominação de nulidade, o juiz considerará inválido o ato se realizado de outro modo, mesmo que lhe alcance a finalidade.
- C) A citação e a penhora poderão, em casos excepcionais, e mediante autorização expressa do juiz, realizar-se em domingos e feriados, ou nos dias úteis, fora do horário estabelecido no Código de Processo Civil.
- D) Os atos processuais realizam-se de ordinário na sede do juízo.
- E) São feriados, para efeito forense, os domingos e os dias declarados por lei.

17 - Em qual situação não se observará o procedimento sumário?

- A) Nas causas de arrendamento rural e de parceria agrícola.
- B) Nas causas de cobrança ao condômino de quaisquer quantias devidas ao condomínio.
- C) Nas causas de ressarcimento por danos em prédio urbano ou rústico.
- D) Nas causas de ressarcimento por danos causados em acidente de veículo de via terrestre.
- E) as causas cujo valor não exceda a 80 (oitenta) vezes o valor do salário mínimo.

18 - Sobre o recurso de Apelação, marque a incorreta.

- A) A apelação devolverá ao tribunal o conhecimento da matéria impugnada.
- B) os casos de extinção do processo sem julgamento do mérito, o tribunal pode julgar desde logo a lide, se a causa versar questão exclusivamente de direito e estiver em condições de imediato julgamento.
- C) As questões de fato, não propostas no juízo inferior, poderão ser suscitadas na apelação, se a parte provar que deixou de fazê-lo por motivo de força maior.
- D) Quando o pedido ou a defesa tiver mais de um fundamento e o juiz acolher apenas um deles, a apelação não poderá devolverá ao tribunal o conhecimento dos demais.
- E) O juiz não receberá o recurso de apelação quando a sentença estiver em conformidade com súmula do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

19 - Sobre os princípios informativos do Processo Civil, de acordo com a doutrina pátria, marque a verdadeira.

- A) Princípio jurídico: para este princípio, as regras processuais deverão estar em conformidade ao regime político adotado pelo sistema. O processo deve ter o maior rendimento possível, cumprindo sua instrumentalidade sem grandes sacrifícios às partes. O órgão julgador deve resolver as lides que lhe são apresentadas, mesmo no caso de lacunas no ordenamento jurídico, garantindo assim a sua completude.
- B) É exemplo, em que pode se visualizar o princípio político, a necessária apresentação do rol de testemunhas no prazo fixado pelo juiz ou, em caso de omissão judicial, em até 10 dias antes da audiência de instrução e julgamento.
- C) Princípio lógico: segundo este princípio, a lógica do processo é aproximar o juiz da verdade a partir de uma sequência ordenada de atos, a qual possibilite uma justa composição aos conflitos de interesses apresentados.
- D) É exemplo, em que pode se visualizar o princípio lógico, a condução da execução com escolha do meio menos oneroso ao réu, se ele for capaz de proporcionar igual resultado àquele proporcionado pelo meio mais oneroso.
- E) Princípio econômico: este princípio determina que todo processo deve atender estritamente às disposições legais, desenvolvendo os seus atos em conformidade à lei vigente. Evita-se que o processo se torne um jogo cheio de surpresas.

20 - Sobre o Contrato de Trabalho é correto afirmar.

- A) A doutrina confere ao contrato de trabalho característica consensual mesmo tendo em vista que, em regra, e exige forma solene para este tipo de acordo.
- B) O contrato de trabalho é de resultado porque é uma prestação de fazer (o labor). A obrigação do empregado é dispor de sua energia nas tarefas designadas pelo empregador.
- C) Não há necessidade da intenção de receber salário (animus contrahendi) para restar configurada a onerosidade, característica do contrato de trabalho.
- D) O contrato de trabalho é de natureza pública porque a prestação de serviços é regida pelo direito público.
- E) A natureza sinalagmática do contrato de trabalho deriva do fato de que existem obrigações recíprocas e contrapostas: o empregado oferece sua energia (prestação laboral) com a contrapartida remuneratória, a cargo do empregador.

21 - São fontes Heterônomas do Direito do Trabalho, exceto:

- A) Tratados e Convenções Internacionais.
- B) Contrato Coletivo de Trabalho
- C) Sentenças Normativas
- D) Circulares
- E) Lei

22 - Sobre as espécies de contrato de trabalho, marque a única afirmação falsa.

- A) Os contratos de experiência são aqueles que possibilitam que o empregador possa firmar contrato para verificar a habilidade e conduta do empregado na realização das tarefas.
- B) O contrato de experiência é uma fase probatória, onde as partes se conhecem e verificam as condições, habilidades e condutas recíprocas para posteriormente decidirem sobre a continuidade do vínculo. Entretanto, não podemos caracterizar o contrato de experiência como sendo “contrato preliminar” ou “promessa de contrato”.
- C) A regra é que haja determinação de prazo nos contratos trabalhistas, e as hipóteses de contratos por prazo indeterminado são elencadas pelo artigo 443 da CLT.
- D) O contrato de trabalho por prazo determinado que, tácita ou expressamente, for prorrogado mais de uma vez passará a vigorar sem determinação de prazo.
- E) Em relação à formalização do contrato de experiência, não existe na CLT determinação de que o mesmo seja escrito.

23 - Sobre salário e remuneração marque a verdadeira.

- A) Vale-transporte é salário in natura.
- B) O empregado rural, tem seu desconto de prestação in natura calculado sobre o salário mínimo, até o limite de 25% para moradia e 20% para alimentação.
- C) Tratando-se de habitação coletiva, o valor do salário-utilidade a ela correspondente será obtido mediante a divisão do justo valor da habitação pelo número de co-ocupantes, podendo, excepcionalmente, ocorrer a utilização da mesma unidade residencial por mais de uma família.
- D) O vale para refeição, fornecido por força do contrato de trabalho, tem caráter salarial, integrando a remuneração do empregado, para todos os efeitos legais.
- E) É válida a cláusula contratual que fixa determinada importância ou percentagem para atender englobadamente vários direitos legais ou contratuais do trabalhador.

24 - A respeito dos requisitos para caracterização do vínculo de emprego, marque a verdadeira.

- A) A lei considera empregado a pessoa física que, em caráter não eventual e mediante relação de subordinação e contraprestação salarial, presta serviços a outrem, denominado empregador.
- B) Exclusividade, onerosidade e não eventualidade são requisitos que ensejam a relação de emprego.
- C) Pedro trabalha como plantonista na venda de imóveis para determinada imobiliária, nessa situação, Pedro é autônomo, já que não existe o caráter de permanência caracterizador do vínculo.
- D) Dependência econômica e onerosidade são pressupostos indispensáveis para a configuração do vínculo de emprego.
- E) Existe a possibilidade de uma pessoa jurídica figurar como empregada em um contrato de trabalho, por exemplo, na empreitada.

25 - Sobre descontos no salário é falsamente afirmado que:

- A) É vedado à empresa que mantiver armazém para venda de mercadorias aos empregados ou serviços destinados a proporcionar-lhe prestações in natura exercer qualquer coação ou induzimento no sentido de que os empregados se utilizem do armazém ou dos serviços.
- B) É vetado às empresas limitar, por qualquer forma, a liberdade, dos empregados de dispor do seu salário.
- C) Sempre que não for possível o acesso dos empregados a armazéns ou serviços não mantidos pela empresa, é lícito à autoridade competente determinar a adoção de medidas adequadas, visando que as mercadorias sejam vendidas e os serviços prestados a preços razoáveis, sem intuito de lucro e sempre em benefício dos empregados.
- D) Em caso de dano causado pelo empregado, o desconto será lícito, independentemente que esta possibilidade tenha sido acordada entre empregado e empregador.
- E) Descontos salariais efetuados pelo empregador, com a autorização prévia e por escrito do empregado, para ser integrado em planos de assistência odontológica, médico-hospitalar, de seguro, de previdência privada, ou de entidade cooperativa, cultural ou recreativa associativa dos seus trabalhadores, em seu benefício e dos seus dependentes, não afrontam o disposto pelo Art. 462 da CLT, salvo se ficar demonstrada a existência de coação ou de outro defeito que vicie o ato jurídico.

26 - Sobre o tributo, o que é falso afirmar?

- A) É prestação pecuniária, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir.
- B) É prestação compulsória.
- C) Instituído em lei.
- D) É cobrado mediante atividade administrativa plenamente vinculada à lei.
- E) É sanção de ato ilícito.

27 - Sobre o Habeas Corpus marque a errada de acordo com o entendimento sumulado do Pretório Excelso e dos Tribunais Superiores

- A) Não cabe HC contra decisão condenatória a pena de multa, ou relativo a processo em que a pena pecuniária seja a única cominada.
- B) Não cabe habeas corpus quando já extinta a pena privativa de liberdade.
- C) Não cabe impetração de "habeas corpus" para o plenário contra decisão colegiada de qualquer das Turmas (ou do próprio Pleno) do STF, ainda que resultante do julgamento de outros processos de "habeas corpus" ou proferida em sede de recursos em geral, inclusive aqueles de natureza penal.
- D) O habeas corpus poderá ser impetrado por qualquer pessoa, em seu favor ou de outrem, exceto pelo Ministério Público.
- E) Não caberá habeas corpus em relação a punições disciplinares militares.

28 - Os objetivos da publicidade dos atos administrativos são os seguintes, exceto:

- A) Exteriorizar a vontade da Administração Pública divulgando o seu conteúdo para conhecimento público.
- B) Exigir que a Administração Pública funcione de forma mais eficiente.
- C) Tornar exigível o conteúdo do ato.
- D) Desencadear a produção de efeitos do ato.
- E) Permitir o controle de legalidade do comportamento do administrador.

PARTE II – PORTUGUÊS

As questões de 29 a 32 referem-se ao texto seguinte:

Celebridades descelebradas

Luli Radfahrer

A privacidade se tornou um mito e, já que é impossível retroceder, é preciso gerir essa nova imagem pública

Não se iluda: as mídias sociais e as bases de dados de comércio eletrônico acabaram com qualquer pretensão de privacidade. Filtradas pelos algoritmos inteligentes dos mecanismos de buscas, elas facilitaram o acesso e a identificação de praticamente qualquer pessoa, por mais que respeitem o anonimato de seus usuários.

Quando a informação é muita, não é difícil fazer cruzamentos únicos de variáveis. Quem vive naquele bairro, trabalha naquela empresa, come naquele restaurante, abastece o carro com aquela frequência, usa aquele computador e aquele telefone, acessa aqueles sites, clica naqueles links e compra aqueles produtos é fácil de rastrear.

Já que é impossível (e bem pouco prático) viver fora do *grid* de informação digital, é preciso administrar a imagem pública em um ambiente em que até aspirantes a tuiteiros se tornaram celebridades, mesmo sem fazer nada de célebre. Por maior que seja a diferença de influência entre o Tom Hanks e seu correspondente no século 2.0, os cuidados que ambos precisam ter com a exposição indesejada são bem próximos.

A sociedade das opiniões públicas é mais rica e complexa do que aquilo que se chamava antigamente de "opinião pública", ficção sociológica que acreditava ser possível tirar a média do que era declarado e descartar o que desviasse do padrão. Com a popularidade de acesso aos meios de publicação, o indivíduo urbano, globalizado e massificado usa as redes como válvula de escape para manifestar sua identidade e, nesse processo, se expõe de forma inimaginável.

Não é preciso habitar a casa do Big Brother para ter a vida privada transformada em entretenimento. Basta fazer o que não seria feito normalmente em público. Uma briga entre namorados, um namorico, um comentário entredentes, uma bebedeira ou até uma inocente ida ao banheiro quando se está só, dentro de casa, agora está sujeita ao escrutínio público das câmaras ocultas em telefones celulares. As paredes não têm ouvidos, mas todo o resto parece ter.

Já que é impossível retroceder, o que resta é administrar esse novo tipo de patrimônio público. Como todo patrimônio, ele precisa ser estável para se tornar uma referência e, nesse processo, acaba perdendo a espontaneidade, a mais humana de suas características.

Aos poucos as regras de conduta invadem os recônditos da vida pessoal, plastificando a personalidade e a prendendo à

máscara construída ao longo da vida, mesmo que não se concorde com ela.

Hoje todos nos tornamos personalidades transparentes. Nunca foi tão fácil checar referências, e, a princípio, não há nada de errado nisso. Uma das principais regras de sobrevivência social, pilar de sistemas tão diversos quanto a maçonaria ou o marketing, sempre foi desconfiar de estranhos. De perto, entretanto, ninguém é normal.

Como diz a polícia dos Estados Unidos, você sempre tem o direito de permanecer calado. Tudo o que disser poderá ser usado contra você. As mídias sociais são, como o próprio nome dá a entender, uma forma de mídia.

Pessoas comuns não têm relações públicas, advogados, assessores ou consultores de imagem para auxiliá-las no dia a dia e, por isso, ainda vão demorar para perceber que um vexame registrado on-line é quase tão difícil de apagar quanto um nu indesejado.

RADFAHRER, Luli. Celebridades descelebradas. Folha de São Paulo, 27 jul. 2011. Tec, p.F14. Acesso em 19/09/2013.

29 - Das afirmações seguintes:

I. De acordo com o artigo de opinião, as mídias sociais e as bases de dados do comércio eletrônico acabaram com a privacidade das pessoas, pois o desenvolvimento de mecanismos de busca e de armazenamento de dados facilitou o acesso à informação sobre estas.

II. Segundo o texto, o grande volume de informação disponível sobre as pessoas e os mecanismos de transmissão em rede, facilita o cruzamento de variáveis para fazer um rastreamento.

III. Segundo o artigo de opinião, checar referências, isto é, conferir informações sobre alguém é errado, pois acarreta em uma invasão de privacidade.

- A) Estão corretos apenas os itens I e III.
- B) Estão corretos apenas os itens II e III.
- C) Todos estão corretos.
- D) Apenas o item I está correto.
- E) Estão corretos apenas os itens I e II.

30 - De acordo com o articulista é possível considerar um "novo tipo de patrimônio público":

- A) as câmaras ocultas
- B) a casa do Big Brother
- C) os telefones celulares
- D) a vida privada
- E) o twitter

31 - Quantos parágrafos do texto são argumentativos?

- A) Três
- B) Seis
- C) Sete
- D) Quatro
- E) Cinco

32 - Das afirmações seguintes:

I. A afirmação "é preciso administrar a imagem pública" significa que devemos nos expor publicamente sem receio algum, pois através das redes de relacionamento podemos construir nossa imagem com autenticidade.

II. É possível identificar no texto os seguintes tipos de argumento: com ironia, de citação, de valoração.

III. Perder a espontaneidade e moldar a sua personalidade de acordo com o que os outros querem, podem ser consequências para o indivíduo com a exposição de sua identidade na mídia.

- A) Estão corretos apenas os itens II e III.
- B) Estão corretos apenas os itens I e II.
- C) Estão corretos apenas os itens I e III.
- D) Todos estão corretos.
- E) Apenas o item III está correto.

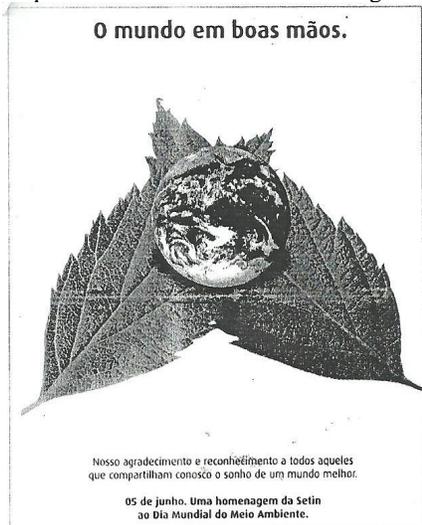
33 - A regência nominal está correta em todas as alternativas, exceto em:

- A) Seu comportamento não pareceu agradável aos olhos dos presentes.
- B) Os novos funcionários ainda não estão aptos para o cargo.
- C) Cláudio mora vizinho de minha casa.
- D) Calar é preferível que falar sem pensar.
- E) Estou ansioso por ouvir sua resposta.

34 - Assinale a alternativa que apresenta erro no emprego do acento indicador de crase:

- A) Quero dizer à senhora que gostei de seu último livro.
- B) Não volto mais àquele lugar.
- C) Não estavam dispostos a abrir mão dos lucros.
- D) Seu estilo era à Portinari.
- E) Voltamos às pressas.

A questão 35 refere-se ao anúncio seguinte:



Anúncio publicado no jornal *Folha de S.Paulo*, 5 Jun. 2005. p. C12.

35 - A figura de linguagem presente no anúncio acima é:

- A) hipérbole
- B) prosopopeia
- C) eufemismo
- D) antítese
- E) metonímia

A questão 36 refere-se a tira seguinte:



36 - A oração destacada classifica-se como:

- A) subordinada substantiva objetiva indireta
- B) subordinada substantiva objetiva direta
- C) subordinada adjetiva restritiva
- D) subordinada substantiva completiva nominal
- E) subordinada adjetiva explicativa

As questões 37 e 38 referem-se a tira seguinte:



37 - Das afirmações seguintes:

- I. No segundo quadrinho foi utilizado a figura de linguagem denominada “onomatopeia”.
- II. Na oração no primeiro quadrinho o verbo se encontra na “voz passiva sintética”.
- III. A repetição da letra E da forma verbal “ERA” no último quadrinho procura expressar o último suspiro da aranha sob a forma de um berro.

- A) Estão corretos apenas os itens I e II.
- B) Estão corretos apenas os itens I e III.
- C) Estão corretos apenas os itens II e III.
- D) Todos estão corretos.
- E) Apenas o item III está correto.

38 - A função sintática do termo “pelas outras aranhas” no primeiro quadrinho é:

- A) agente da passiva
- B) predicativo
- C) complemento nominal
- D) objeto indireto
- E) aposto

39 - No período “Vejam os cidadãos conscientes que eles se tornaram”, o elemento destacado tem a função sintática de:

- A) predicativo do sujeito
- B) sujeito
- C) predicativo do objeto
- D) objeto direto
- E) adjunto adnominal

40 - Assinale a alternativa que apresenta apenas vocábulos pertencentes ao processo de formação “derivação parassintética”:

- A) afago | amadurecer
- B) incommunicável | esfriar
- C) fidalgo | desobediência
- D) passatempo | televisão
- E) envelhecer | acariciar